

TÉCNICO JUDICIÁRIO

(ÁREA ADMINISTRATIVA - SEM ESPECIALIDADE)

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e o tema da redação, você receberá do fiscal de sala
 - o cartão de respostas das questões objetivas;
 - a folha de texto definitivo para a redação.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

Observe o seguinte fragmento descritivo:

“Henriqueta era feia. Feliz, talvez ficasse bonita. Mas nós já traçamos o perfil desse personagem sombrio. Henriqueta era magra e pálida, tinha cerca de 8 anos, mas lhe davam apenas seis. Seus grandes olhos enfiados numa espécie de sombra profunda tinham seu brilho quase extinto em razão de ter chorado. Os cantos da boca mostravam uma curva de angústia habitual, o que também é observado nos condenados e nos doentes desesperados”.

Assinale a opção que indica uma característica de um texto descritivo que aparece **inadequadamente** identificada no texto acima.

- (A) uma descrição nunca é exaustiva, ou seja, nunca mostra todos os elementos do objeto descrito, como neste caso, que se limita a alguns traços do corpo e do rosto.
- (B) a descrição de uma pessoa, como essa, pode apresentar traços físicos e psicológicos.
- (C) um processo descritivo pode apoiar-se em diversos sentidos do observador e, nesse texto, predomina o visual.
- (D) a posição do observador, nesse texto, é de isenção diante do que é descrito, sem interferir com suas opiniões.
- (E) a estratégia empregada nessa descrição é a de limitar-se a alguns dados do personagem descrito, partindo de observações sobre o corpo, seguidas de algumas outras sobre o rosto.

2

Assinale a frase argumentativa que representa um raciocínio indutivo.

- (A) Muitos estudantes brasileiros terminam seu curso universitário e não conseguem arranjar um emprego. Por isso devemos aumentar nossos investimentos em educação.
- (B) O Parlamento Europeu aprovou leis problemáticas antes, por isso não podemos acreditar que outras cortes vão admitir as novas leis.
- (C) Financiamento público de programas esportivos em tempos de crise econômica é uma perda de dinheiro.
- (D) Em função do grande número de jovens desempregados devemos focalizar a educação no setor técnico, dirigida aos empregos agora existentes.
- (E) Os jovens europeus estão enfrentando dificuldades para conseguir emprego; na verdade eles mesmos são os culpados por não terem sido mais bem preparados para o mercado.

3

Nas frases abaixo, houve a substituição do advérbio “onde” por um substantivo; assinale a frase em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) O estreito de Gibraltar é por onde se entra no Mediterrâneo / o estreito de Gibraltar é a entrada no Mediterrâneo.
- (B) Este edifício é onde está instalado o TSE / este edifício é a sede do TSE.
- (C) O Palácio de Buckingham é onde vivem os reis da Inglaterra / o palácio de Buckingham é a residência dos reis da Inglaterra.
- (D) Os motoristas puseram uma cruz onde ocorreu o acidente / os motoristas puseram uma cruz na localização do acidente.
- (E) Eu gostaria de saber para onde vai essa mercadoria / eu gostaria de saber o destino dessa mercadoria.

4

Observe a seguinte afirmação: “Em função do grande número de jovens desempregados devemos focalizar a educação no setor técnico, dirigida aos empregos agora existentes ou então não nos preocuparmos mais com a sua educação”.

O problema argumentativo desse pensamento é

- (A) mostrar uma falsa dicotomia entre focalizar a educação no setor técnico ou abandonar o processo educativo.
- (B) fazer uma simplificação exagerada de um problema grave como o desemprego, mostrando uma solução imediata e fácil.
- (C) indicar uma solução para um problema sem indicar os meios ou instrumentos de como atingi-la.
- (D) utilizar um raciocínio absurdo, como o de abandonar completamente a educação dos jovens.
- (E) apelar para a autoridade educacional, que recomenda o ensino técnico como solução para o desemprego.

5

Em todas as frases abaixo ocorre a presença de “não + verbo”, expressão que foi substituída por um só verbo de valor equivalente.

Assinale a frase em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) Enquanto o homem não souber para que porto quer ir, nenhum vento será o vento certo / desconhecer.
- (B) O advogado pretende não aceitar o juiz indicado para o caso / ignorar.
- (C) O presidente decidiu não aceitar o convite do TSE / declinar do.
- (D) O arqueólogo não revelou o segredo da tumba / guardou.
- (E) O batalhão resolveu não ceder às ameaças / resistir.

6

Assinale a frase abaixo cujo vocábulo sublinhado apresenta uma impropriedade léxica (vocábulo mal-empregado no contexto da frase).

- (A) Os policiais observavam detalhadamente o estado do veículo.
- (B) Os peritos analisavam a grafia da carta anônima.
- (C) As enfermeiras contemplavam as vítimas do acidente.
- (D) Os turistas vislumbravam ao longe a torre da igreja.
- (E) Os alunos perceberam um erro na formulação da questão.

7

Assinale o exemplo de linguagem figurada que **não** está corretamente identificado.

- (A) Uma boa risada é um raio de sol na casa / metáfora.
- (B) A pessoas com disposição alegre, tudo de bom lhes acontece / pleonismo.
- (C) É preciso rir antes de ser feliz, por medo de morrer sem ter sido / elipse.
- (D) Quem não sabe chorar de todo o coração também não sabe rir / antítese.
- (E) A verdadeira felicidade está nas pequenas coisas... um pequeno iate, um pequeno rolex, uma pequena mansão... / paradoxo.

8

Assinale a frase abaixo em que uma oração desenvolvida foi substituída por uma oração reduzida de mesmo sentido.

- (A) Abençoado aquele que faz com que meus companheiros riam / Abençoado aquele que faz meus companheiros rindo.
- (B) As crianças só são felizes porque ignoram o que seja a felicidade / As crianças só são felizes se ignorarem o que seja a felicidade.
- (C) Mesmo que alguém vivesse duas vezes mil anos, não veria a felicidade / Mesmo alguém vivendo duas vezes mil anos, não veria a felicidade.
- (D) A felicidade é como as neblinas ligeiras: quando estamos dentro dela, não a vemos / A felicidade é como as neblinas ligeiras: para estarmos dentro dela, não a vemos.
- (E) A verdadeira felicidade custa pouco; se é cara, não é de boa categoria / A verdadeira felicidade custa pouco; se encarecer, não é de boa categoria.

9

Em todas as frases abaixo aparece o vocábulo “também”, que supõe a existência de, pelo menos, duas coisas a serem somadas. Assinale a opção em que essas duas coisas estão explícitas.

- (A) Muita felicidade também mata.
- (B) A razão também tiraniza algumas vezes.
- (C) A razão prevalece na velhice, porque as paixões também envelhecem.
- (D) Os prazeres como as dores também gastam a vida.
- (E) A profunda reflexão é também um dos achaques da velhice.

10

Assinale a frase verbal abaixo que foi nominalizada de forma **inadequada**.

- (A) Felicidade é jogar cartas com a vovó / Felicidade é um jogo de cartas com a vovó.
- (B) A única alegria do mundo é começar um trabalho / A única alegria do mundo é o começo de um trabalho.
- (C) Abençoado aquele que faz com que meus companheiros riam / Abençoado aquele que provoca a risada de meus companheiros.
- (D) Esperar a felicidade já é sentir-se feliz / A espera da felicidade já é a sensação da felicidade.
- (E) A felicidade consiste em continuar desejando o que se possui / A consistência da felicidade é continuar desejando o que se possui.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Considere as frações:

$$a = \frac{5}{6}, \quad b = \frac{7}{9}, \quad c = \frac{13}{18}.$$

Colocando essas frações em ordem crescente a sequência correta é

- (A) $a < b < c$.
- (B) $b < a < c$.
- (C) $b < c < a$.
- (D) $c < a < b$.
- (E) $c < b < a$.

12

Em certa cidade, os taxis cobram R\$ 4,80 de valor inicial (bandeirada) mais R\$ 2,40 por quilômetro rodado. Nessa cidade, Hugo fez um percurso de táxi, sem paradas, e pagou R\$ 36,00 pela corrida.

O número de quilômetros que Hugo percorreu foi

- (A) 10,5.
- (B) 12.
- (C) 13.
- (D) 14,5.
- (E) 15.

13

Três amigos, **A**, **B** e **C**, trabalham juntos. Certo dia, os três almoçaram no refeitório da empresa. Sabe-se que:

- **A** chegou no refeitório às 12h05min e permaneceu por 44 min.
- **B** chegou no refeitório às 12h13min e permaneceu por 47 min.
- **C** chegou no refeitório às 12h09min e permaneceu por 38 min.

O tempo em que os três amigos estiveram juntos no refeitório foi de

- (A) 34 min.
- (B) 36 min.
- (C) 38 min.
- (D) 40 min.
- (E) 42 min.

14

Carlos e Alberto estão em uma fila. Carlos está na frente de Alberto, mas há 3 pessoas entre eles. Há 7 pessoas depois de Alberto e a pessoa que está imediatamente à frente de Alberto ocupa o centro da fila.

O número de pessoas que estão à frente de Carlos é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

15

As notas das provas de um curso são números inteiros de 0 a 10. Vicente fez as três provas desse curso, não tirou nenhuma nota inferior a 5 e a soma das notas dessas provas foi 23.

Colocando as notas em ordem decrescente, o número de maneiras que a sequência das notas pode ter ocorrido é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

16

O valor da expressão

$$\frac{1-2+3-4+5-6+\dots+2019-2020+2021-2022}{2023-2022+2021-2020+\dots+7-6+5-4+3-2}$$

é

- (A) 1.
- (B) -1.
- (C) $\frac{-1011}{1012}$.
- (D) $\frac{1011}{1012}$.
- (E) $\frac{-1012}{1011}$.

17

Laura coleciona figurinhas. Ontem ela arrumou suas figurinhas em montinhos de 6 figurinhas cada e não faltou nem sobrou figurinha alguma. Hoje ela fez uma nova arrumação com as mesmas figurinhas, dessa vez em montinhos de 10 figurinhas cada um e também não faltou nem sobrou figurinha alguma.

O número mínimo de figurinhas que Laura pode ter é M.

A soma dos algarismos de M é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

18

Em uma reunião de condomínio, há jovens com até 21 anos, adultos com mais de 21 e menos de 60 anos, e idosos com 60 anos ou mais. Para cada 2 jovens há 5 adultos e para cada 7 adultos há 3 idosos.

A razão entre o número de jovens e o número total de pessoas presentes a essa reunião é

- (A) $\frac{2}{15}$.
- (B) $\frac{7}{15}$.
- (C) $\frac{3}{14}$.
- (D) $\frac{2}{17}$.
- (E) $\frac{7}{32}$.

19

Dois barbeiros barbeiam 6 homens em 1 hora.

Três barbeiros barbeiam 3 homens em

- (A) 45 minutos.
- (B) 40 minutos.
- (C) 30 minutos.
- (D) 20 minutos.
- (E) 15 minutos.

20

Zuleide pagou uma conta atrasada com 5% de multa. O valor total, com a multa incluída, foi de R\$ 294,00.

O valor da multa foi de

- (A) R\$ 14,00.
- (B) R\$ 14,70.
- (C) R\$ 15,20.
- (D) R\$ 15,80.
- (E) R\$ 16,40.

Atualidades

21



A COP-27 realizou-se neste mês de novembro no Egito. COP é a sigla, em inglês, para Conferência das Partes, 27 é a edição da Conferência.

Trata-se de evento global organizado pela ONU que reúne autoridades do mundo todo e que, por meio de mecanismos aplicados globalmente, tem como principal objetivo

- (A) conter as mudanças climáticas.
- (B) erradicar a pobreza no mundo.
- (C) criar empregos em escala mundial.
- (D) eliminar todos os conflitos em curso no mundo.
- (E) proteger a infância mundial da pobreza e garantir seu direito de frequentar a escola.

22

A Copa do Mundo de futebol está se realizando no Catar. Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

- I. O fato de o Catar ter sido escolhido como sede da competição foi muito criticado por ser o país árabe um nada democrático emirado absolutista.
- II. Por ter o Catar clima muito quente nos meses de julho e agosto, este ano a Copa não se realiza nesses meses, como é tradicional, mas em novembro e dezembro, quando as temperaturas são ainda altas, mas mais amenas.
- III. Países muito tradicionais no futebol, como Inglaterra e França, recusaram-se, por motivos políticos, a disputar esta Copa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e F.
- (E) F, F e F.

23

“Streaming é a tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo. O arquivo, que pode ser um vídeo ou uma música, é acessado pelo usuário de forma online.”

(tecnoblog.net)

Atualmente, são muitas as plataformas populares de *streaming* de música e vídeo.

As opções a seguir exemplificam canais de streaming de vídeo, **à exceção de um**, que é preponderantemente dedicado à música em áudio. Assinale-a.

- (A) Netflix.
- (B) YouTube.
- (C) AppleTV+.
- (D) Spotify.
- (E) Amazon Prime.

24



O Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP), também conhecido como Museu dos Três Pandeiros, está localizado às margens do Açude Velho na cidade brasileira de Campina Grande, estado da Paraíba. [...] O museu faz parte da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), foi inaugurado em 2012 e acolhe trabalhos dos mais talentosos artistas paraibanos, como Sivuca, Jackson do Pandeiro, Marinês, Elba Ramalho, entre outros. Cada uma das três estruturas circulares (os “pandeiros”) remete a um determinado gênero de arte. Cada “pandeiro” faz referência a um diferente gênero de arte.

O MAPP foi projetado pelo famoso arquiteto brasileiro

- (A) Paulo Mendes da Rocha.
- (B) Paulo Casé.
- (C) Oscar Niemeyer.
- (D) Roberto Burle Marx.
- (E) Lucio Costa.

25

Nas eleições deste ano, elegemos nosso futuro Presidente, nossos futuros Governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais.

Desses, são representantes do Poder Legislativo

- (A) os governadores e os senadores.
- (B) o Presidente e os senadores.
- (C) os governadores, os deputados e os senadores.
- (D) os senadores, apenas.
- (E) os deputados federais, os deputados estaduais e os senadores.

Legislação Básica

26

A sociedade de economia mista Alfa, que exercia atividade econômica em sentido estrito em regime de concorrência, conforme dispõe o Art. 173 da Constituição de 1988, pretendia realizar o tratamento de dados pessoais a que diariamente tinha acesso. Surgiu, no entanto, a dúvida a respeito das normas que lhe seriam aplicadas, considerando os balizamentos da Lei nº 13.709/2018.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica esclareceu que a referida sociedade de economia mista está sujeita

- (A) à mesma disciplina das pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) à mesma disciplina dos órgãos e das entidades do Poder Público.
- (C) à disciplina prevista no Estatuto das Estatais, não àquela contida na Lei nº 13.709/2018.
- (D) à disciplina estabelecida na lei que autorizou a sua criação, não àquela contida na Lei nº 13.709/2018.
- (E) a uma disciplina específica, que não se confunde com a disciplina das pessoas jurídicas de direito privado e com a dos órgãos e entidades do Poder Público.

27

Ana, servidora pública federal, almejava concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais. Por tal razão, dirigiu-se ao setor de pessoal e formulou questionamento sobre a possibilidade de fruir uma licença para atividade política.

Em resposta ao questionamento formulado, foi corretamente esclarecido que Ana tem direito à referida licença

- (A) não remunerada, a partir do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- (B) remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- (C) não remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- (D) remunerada, a partir do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição, assegurados os vencimentos do cargo efetivo somente por três meses.
- (E) remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária e a posse no cargo eletivo, assegurados os vencimentos do cargo efetivo somente por cinco meses.

28

João, muito ativo nas redes sociais, divulgava, com frequência, dados de natureza pessoal, conforme classificação estabelecida na Lei nº 13.709/2018, o que os tornava manifestamente públicos. Um dos “seguidores” de João decidiu coletar esses dados e classificá-los.

Considerando a sistemática estabelecida no referido diploma normativo, é correto afirmar que a atividade do seguidor de João é

- (A) lícita, pois não importa em tratamento de dados e independe de autorização do titular da informação.
- (B) lícita e independe de autorização do titular da informação, embora caracterize tratamento de dados.
- (C) ilícita, pois importa em tratamento de dados e depende de autorização do titular da informação.
- (D) ilícita, dependendo de autorização do titular da informação, embora não caracterize tratamento de dados.
- (E) lícita, não dependendo de autorização do titular da informação, salvo se a atividade de tratamento importar em difusão da informação.

29

Após amplos estudos realizados pela equipe de gestão de pessoal do Ministério Alfa, constatou-se que alguns cargos de provimento efetivo deveriam ser deslocados, do referido Ministério, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

À luz da narrativa, é correto afirmar que estamos perante

- (A) readaptação, a qual pressupõe que o cargo esteja vago.
- (B) readaptação, a qual pressupõe que o cargo esteja ocupado.
- (C) redistribuição, a qual pressupõe que o cargo esteja ocupado.
- (D) readaptação, podendo o cargo estar vago ou ocupado.
- (E) redistribuição, podendo o cargo estar vago ou ocupado.

30

Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, foi transferido para atuar em nova sede, o mesmo ocorrendo com Maria, sua esposa e igualmente servidora pública federal ocupante de cargo de provimento efetivo. Com isso, o domicílio do casal foi alterado, em caráter permanente, para a localidade XX. Ambos decidiram requerer o pagamento de ajuda de custo.

Nesse caso, à luz da sistemática legal, é correto afirmar que

- (A) apenas um deles, Pedro ou Maria, fará jus à ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, sendo vedado o pagamento de dupla indenização.
- (B) Pedro e Maria farão jus à integralidade da ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, cujo valor, portanto, será pago de maneira dobrada.
- (C) somente será possível pagar a ajuda de custo para ambos, caso a transferência de Pedro e Maria para a nova sede não ocorra de maneira simultânea, mas sucessiva.
- (D) Pedro e Maria, caso recebam remuneração não superior a dez mil reais, farão jus à integralidade da ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, cujo valor, portanto, será pago de maneira dobrada.
- (E) Pedro e Maria não fazem jus à ajuda de custo para compensar as despesas de instalação, pois, por serem servidores públicos federais, devem atuar em qualquer localidade do território nacional.

Conhecimentos Específicos

31

Adebaldo, após ser eleito prefeito de um pequeno município brasileiro, decide construir um parque público no centro da cidade e, após terminada a obra, nomeia-o como Parque Adebaldo, visando assegurar que sua imagem fique eternizada na história do local.

Considerando os princípios que regem a administração pública, fica evidente que a conduta de Adebaldo violou o Princípio da

- (A) Publicidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Segurança Jurídica.
- (E) Sindicabilidade.

32

Caso um gestor queira aplicar a gestão de processos em sua organização, deve

- (A) controlar atividades realizadas por meio de rígida supervisão hierárquica.
- (B) desenvolver metas e objetivos exclusivos de cada uma das áreas.
- (C) fundamentar a estrutura organizacional em equipes horizontais.
- (D) priorizar programas de capacitação relacionados à função desempenhada.
- (E) organizar as tarefas em procedimentos rotineiros e lineares.

33

As teorias motivacionais foram desenvolvidas pautando-se em diferentes interpretações sobre a natureza humana; por esse motivo, sofreram mudanças ao longo do tempo para se adaptarem às realidades de cada época.

Assinale a opção que se descreve aquela conhecida como teoria “Y”.

- (A) Acredita que as necessidades que motivam os subordinados se baseiam em uma escala de graus hierárquicos, exigindo que as consideradas inferiores sejam satisfeitas antes das superiores.
- (B) Interpreta que os subordinados avaliam permanentemente se as retribuições recebidas pelos seus esforços são compatíveis quando comparadas com a de seus pares.
- (C) Avalia que os fatores que levam à motivação são distintos daqueles que eliminam a insatisfação, criando a necessidade de serem tratados de forma individual.
- (D) Verifica que a motivação de um funcionário está relacionada diretamente com a ideia de que seu esforço levará aos resultados, e que esses resultados trarão as recompensas esperadas.
- (E) Entende que os funcionários são ambiciosos e encaram o trabalho como algo natural, sendo importante o compartilhamento da tomada de decisões pela gerência para que se sintam motivados.

34

Suponha que um escritório de advocacia faça um mapeamento das competências de seus funcionários e verifique que existe uma carência de profissionais com instrução sobre as doutrinas do direito.

Se o escritório decidir contratar novos profissionais considerando o resultado do mapeamento, deve priorizar a competência denominada

- (A) habilidade.
- (B) conhecimento.
- (C) atitude.
- (D) técnica.
- (E) aptidão.

35

A gestão ágil de projetos é uma abordagem que surgiu guiada pelo Manifesto Ágil, proposto no ano de 2001, visando a se contrapor às técnicas tradicionais usadas até então no gerenciamento de projetos.

O Manifesto Ágil tem como ênfase

- (A) a excelência na negociação de contratos.
- (B) o desenvolvimento de uma documentação abrangente.
- (C) a utilização de um extenso leque de ferramentas e processos.
- (D) a participação colaborativa do cliente no desenvolvimento.
- (E) a obediência a um plano prévio e bem definido.

36

Com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 em matéria orçamentária, avalie se os seguintes orçamentos têm como função a redução das desigualdades inter-regionais, com base no critério populacional:

- I. Da seguridade social.
- II. Fiscal.
- III. De investimento.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

37

Considere que um jornalista, de um renomado jornal, esteja trabalhando em uma matéria sobre os gastos realizados com a compra de respiradores por determinada prefeitura, durante o período da pandemia do Covid-19. Ao realizar o pedido de acesso a esses dados para o órgão responsável por custodiar essa informação, o jornalista teve o seu acesso negado, ainda que a informação não fosse classificada como sigilosa.

Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), uma conduta adequada a ser realizada pelo jornalista é interpor

- (A) pedido de reconsideração diretamente para a autoridade responsável pelo seu indeferimento.
- (B) recurso para autoridade hierarquicamente superior em até 10 dias.
- (C) recurso para a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, desde que realizado o depósito prévio.
- (D) recurso para a Controladoria-Geral da União para ser deliberado em até 30 dias.
- (E) pedido de revisão para o Núcleo de Segurança e Credenciamento quando se tratar de informação que não ponha em risco integridade nacional.

38

Ao utilizar o Ciclo PDCA em um órgão público, visando à melhoria contínua dos processos, o gestor responsável deve ter em mente que a definição do método para o atingimento dos objetivos propostos será realizada na etapa de

- (A) planejamento.
- (B) execução.
- (C) controle.
- (D) comunicação.
- (E) ação.

39

Nos termos do Art. 5º, IV, da Constituição da República de 1988, “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

A norma constitucional obtida a partir desse texto tem eficácia

- (A) limitada de princípio institutivo.
- (B) plena e aplicabilidade imediata.
- (C) contida e aplicabilidade imediata.
- (D) limitada, de natureza programática.
- (E) libertária e de aplicabilidade vedativa.

40

Ana, cidadã politicamente engajada, tomou conhecimento de que o diretor do posto de saúde de seu Município foi orientado, pelo Secretário Municipal da área, a conferir tratamento diferenciado aos moradores de um bairro específico, coincidentemente a localidade em que o Secretário fora nascido e criado.

Irresignada com esses fatos e sabedora da existência de testemunhas que deveriam ser ouvidas em juízo, Ana procurou um advogado e perguntou qual ação ela própria poderia ajuizar para combater esse ato do Secretário, que, a seu ver, afrontava a moralidade administrativa.

O advogado respondeu corretamente que a ação a ser ajuizada por Ana é

- (A) o mandado de segurança individual.
- (B) o mandado de segurança coletivo.
- (C) a reclamação constitucional.
- (D) a ação civil pública.
- (E) a ação popular.

41

João, jovem de 18 anos de idade que se alistou no exército e que se encontrava durante o período de serviço militar obrigatório, pretendia servir à coletividade no cargo de vereador.

Ao se inteirar de sua situação pessoal e da possibilidade de concorrer ao cargo eletivo, João concluiu corretamente que é

- (A) inalistável, o que não lhe permite votar ou mesmo ser votado.
- (B) alistável e já alcançou a idade mínima de 18 anos para concorrer ao cargo eletivo de vereador.
- (C) alistável e elegível, caso receba autorização expressa do comandante da unidade militar em que está lotado.
- (D) alistável, mas não alcançou a idade mínima para concorrer ao cargo eletivo de vereador, pois ainda não tem 21 anos.
- (E) inalistável, o que o impede de votar, mas não há óbice a que concorra ao cargo eletivo de vereador, pois atingiu a idade mínima de 18 anos.

42

Maria, jovem estudante de direito, questionou o seu professor sobre a situação jurídica dos Territórios no âmbito da federação brasileira.

O Professor respondeu corretamente que

- (A) o único Território existente possui plena autonomia política, integrando a federação brasileira.
- (B) os dois Territórios existentes fazem parte da União, não sendo considerados entes federativos.
- (C) os territórios, que atualmente não existem na realidade brasileira, são nivelados aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) apesar de não existir nenhum território na realidade brasileira, caso venham a existir, não serão considerados entes federativos.
- (E) os territórios, que atualmente não existem na realidade brasileira, devem ser considerados entes politicamente autônomos, que resultam da reunião dos Municípios.

43

Pedro, ao debater com um colega alguns aspectos da política estipendial no âmbito das estruturas estatais de poder, afirmou que: (1) o Prefeito Municipal é remunerado exclusivamente por subsídio; (2) os Vereadores são remunerados exclusivamente por subsídio; e (3) a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira pode vir a ser fixada em subsídio.

Considerando as afirmações de Pedro é correto afirmar que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas a informação 3 está certa.
- (D) apenas as afirmações 1 e 2 estão certas.
- (E) apenas as informações 1 e 3 estão certas.

44

Com o objetivo de reduzir a despesa com as estruturas estatais de poder e, conseqüentemente, aumentar o volume de recursos utilizados na prestação de serviços públicos, João solicitou que sua assessoria analisasse qual proposição legislativa poderia ser apresentada para transformar o Brasil em um Estado regionalizado, de modo que a União passasse a ser o único ente com autonomia política e os demais entes passassem a ter apenas autonomia administrativa nos termos da lei.

A assessoria respondeu corretamente que

- (A) seria necessária a edição de lei complementar.
- (B) seria necessária a edição de emenda constitucional.
- (C) não seria possível a aprovação de norma dessa natureza.
- (D) seria cabível tanto a edição de lei complementar como a de lei ordinária.
- (E) seria necessária a realização de um plebiscito e, em um segundo momento, a aprovação de emenda constitucional.

45

João, ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa, e Antônio, que celebrou contrato temporário para assegurar a continuidade de determinado serviço público no âmbito do mesmo ente federativo, tinham plena convicção de que estavam sendo vítimas de reiterado descumprimento dos direitos afetos à relação jurídico-funcional que mantinham com o Município.

Caso João e Antônio decidam ingressar com as ações judiciais cabíveis para que seus direitos sejam reconhecidos, é correto afirmar que essas ações serão processadas e julgadas pela

- (A) Justiça do Trabalho ou pela Justiça Comum, conforme a livre escolha de João e de Antônio.
- (B) Justiça do Trabalho em relação a João e Justiça Comum em relação a Antônio.
- (C) Justiça Comum em relação a João e Justiça do Trabalho em relação a Antônio.
- (D) Justiça do Trabalho, tanto em relação a João como em relação a Antônio.
- (E) Justiça Comum, tanto em relação a João como em relação a Antônio.

46

O Presidente da República, de modo direto e com o auxílio do Ministro das Relações Exteriores, bem como de diversos outros agentes, logrou êxito em celebrar um tratado internacional entre o País Alfa e a República federativa do Brasil, no qual eram impostas obrigações recíprocas, mas que representava inegável conquista para o comércio exterior brasileiro.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, o referido tratado internacional

- (A) somente pode produzir efeitos após o *exequatur* do Supremo Tribunal Federal.
- (B) somente pode produzir efeitos após o referendo do Congresso Nacional.
- (C) produz efeitos imediatos, independente de qualquer ato da alçada do Congresso Nacional.
- (D) somente pode produzir efeitos após o referendo do Congresso Nacional e o *exequatur* do Supremo Tribunal Federal.
- (E) não poderia ter sido celebrado, salvo se o Presidente da República tivesse recebido prévia autorização do Congresso Nacional.

47

Cláudia, servidora pública efetiva e Diretora da Zª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, no regular exercício de sua competência, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno do órgão e dos servidores lá lotados.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a ordem de serviço expedida por Cláudia é um ato administrativo

- (A) normativo, decorrente do poder disciplinar.
- (B) ordinatório, decorrente do poder hierárquico.
- (C) enunciativo, decorrente do poder regulamentar.
- (D) ordinário, decorrente do poder normativo.
- (E) organizacional, decorrente do poder disciplinar.

48

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado, João ajuizou ação judicial e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, a invalidação de sua demissão.

Assim, João acaba de ser reintegrado em seu cargo e Ângelo, igualmente servidor estável que estava ocupando o cargo de João, será, de acordo com a Constituição Federal,

- (A) reintegrado ao cargo de origem, com direito a indenização.
- (B) readaptado ao cargo de origem, sem direito a indenização.
- (C) aproveitado em outro cargo com funções compatíveis, com direito a indenização, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição.
- (D) reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) removido a cargo de similar escolaridade e remuneração, sem direito a indenização, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição.

49

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, com o objetivo de prestigiar os demais Desembargadores que fazem parte da administração superior do Tribunal, e para melhor aproveitar a especialização de cada membro do Tribunal, em atenção do princípio da eficiência, deseja delegar algumas de suas competências administrativas.

Consoante dispõe a Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que o Presidente do TRT

- (A) não poderá delegar as matérias de sua competência privativa.
- (B) não poderá delegar a edição de atos de caráter normativo.
- (C) não poderá delegar quaisquer atos de sua competência.
- (D) poderá delegar todos os atos de sua competência, mediante prévia autorização do pleno.
- (E) poderá delegar todos os atos de sua competência, independentemente de prévia autorização do pleno.

50

No segundo semestre de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, com sede no Estado Alfa, pretende realizar determinada contratação que tem por objeto a restauração de objetos históricos, de autenticidade certificada, sendo certo que existe evidente compatibilidade do serviço de restauração de tais objetos com as finalidades daquele TRT, haja vista que os citados bens têm inestimável valor histórico para a Justiça do Trabalho, em especial no âmbito do Estado Alfa.

Para viabilizar a contratação em tela, o TRT instaurou processo administrativo, no bojo do qual restou consignado que não há inviabilidade de competição, pois é plenamente possível a realização de procedimento licitatório, mas existe a preferência discricionária para contratação do restaurador João, que outrora prestou excelentes serviços similares para o órgão federal Delta, igualmente com sede no Estado Alfa.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- (A) pode ser manejada por meio de dispensa de licitação.
- (B) pode ser manejada por meio de inexigibilidade de licitação, independentemente da concordância do órgão federal Delta.
- (C) pode ser manejada por meio de inexigibilidade de licitação, desde que haja concordância do órgão federal Delta.
- (D) deve necessariamente ser manejada por meio de prévia licitação, em modalidade compatível com o valor estimado da contratação.
- (E) deve necessariamente ser manejada por meio de prévia licitação, em modalidade compatível com a natureza do serviço a ser contratado.

51

Márcia, servidora pública ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, ao lançar informações no sistema de processo judicial eletrônico, se distraiu ao receber e ler uma mensagem de *WhatsApp* em seu telefone celular pessoal, ocasião em que cometeu um erro ao preencher o valor da condenação do reclamado em determinada reclamação trabalhista. O erro causou comprovados danos morais ao reclamante João.

No caso em tela, eventual ação indenizatória a ser ajuizada por João deverá ser proposta em face

- (A) de Márcia, diretamente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, pois o ato ilícito foi praticado no exercício das funções e de forma culposa.
- (B) do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e não diretamente em face de Márcia, pois o ato ilícito não foi praticado de forma dolosa pela servidora.
- (C) do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, pois o ato ilícito foi praticado por servidor público, no exercício das funções.
- (D) da União, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, pois o ato ilícito foi praticado por servidor público federal, no exercício das funções, assegurado o direito de regresso contra Márcia, caso se comprove que agiu com dolo.
- (E) da União, com base em sua responsabilidade civil objetiva, pois o ato ilícito foi praticado por servidor público federal, no exercício das funções, assegurado o direito de regresso contra Márcia, caso se comprove que agiu com culpa.

52

Maria, servidora pública ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário de determinado Tribunal Regional do Trabalho, no exercício da função, de forma dolosa, revelou fato de que tinha ciência em razão das atribuições e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento a certo grupo econômico por informação privilegiada.

Consoante o que dispõe a atual redação da Lei nº 8.429/92, Maria, em tese,

- (A) praticou ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito.
- (B) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
- (D) não praticou ato de improbidade administrativa, pois a conduta narrada não constitui, desde a redação originária da Lei de Improbidade, ato ímprobo, mas acarreta responsabilidade no âmbito disciplinar.
- (E) não praticou ato de improbidade administrativa, pois a conduta narrada não mais constitui ato ímprobo, desde a reforma de 2021 na Lei de Improbidade, mas acarreta responsabilidade no âmbito disciplinar.

53

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o imóvel próprio onde está instalada a sede do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, por ser um bem público, goza de determinadas prerrogativas decorrentes do regime jurídico de direito público, como por exemplo

- (A) impenhorabilidade e imprescritibilidade.
- (B) alienabilidade incondicionada e impenhorabilidade.
- (C) penhorabilidade e não-onerabilidade.
- (D) inalienabilidade e penhorabilidade condicionada.
- (E) imprescritibilidade e alienabilidade incondicionada.

54

Cláudio, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário de determinado Tribunal Regional do Trabalho, no bojo de uma ação civil pública que tramita em forma de processo eletrônico, atendendo a um despacho do magistrado, emitiu um termo de informação que, segundo a doutrina de Direito Administrativo, constitui um ato administrativo.

O ato praticado por Cláudio traduz uma situação de fato real e goza de fé pública, em razão do atributo do ato administrativo chamado

- (A) autoexecutoriedade, que é um meio indireto de execução do ato, que independe de ratificação judicial.
- (B) exigibilidade, que é um meio direto de execução do ato administrativo, que independe de ratificação judicial.
- (C) presunção de legitimidade, que consiste em presunção absoluta de que o ato foi praticado de acordo com a lei e o determinado pelo juízo.
- (D) coercibilidade, segundo o qual o jurisdicionado está obrigado a cumprir o ato cinco dias após sua inequívoca ciência.
- (E) presunção de veracidade, que é relativa, pois admite prova em sentido contrário, mas causa inversão do ônus da prova dos fatos constantes no ato administrativo.

55

Fernando trabalha numa indústria localizada em Cabedelo/PB e se ativa em turno ininterrupto de revezamento. Não há qualquer previsão acerca da jornada de trabalho na norma coletiva da categoria de Fernando, tampouco em seu contrato individual de trabalho.

Considerando a situação retratada e a previsão contida na Constituição Federal, assinale a opção que indica a jornada de trabalho diária que deverá ser cumprida por Fernando.

- (A) Seis horas.
- (B) Oito horas.
- (C) Doze horas de trabalho seguidas por trinta e seis horas de descanso.
- (D) Quatro horas.
- (E) Vinte e quatro de trabalho seguidas por quarenta e oito horas de descanso.

56

Clotilde trabalha numa fábrica localizada em Santa Rita/PB. Em 2022, Clotilde apresentou um atestado médico ao empregador no qual havia recomendação expressa de repouso absoluto por 5 (cinco) dias. O empregador acatou o atestado mas, depois, alertado por outro empregado, acessou a rede social de Clotilde e verificou que nos dias que seriam de repouso ela estava num tour por várias praias paradisíacas da Paraíba, aparentando extrema alegria e postando diversos vídeos e fotos de sua experiência, estimulando todos os seus seguidores a “brindar a vida” e afirmando que “o patrão deixou”.

Considerando o fato narrado e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nada pode ser feito porque o passeio pelas praias é uma forma de higiene mental, necessária para a superação do problema de saúde.
- (B) Clotilde poderá ser dispensada por justa causa por ato de improbidade.
- (C) A empregada poderá pedir a rescisão indireta de seu contrato porque houve violação ilegal de sua privacidade na rede social.
- (D) Há falta grave que pode gerar a dispensa por justa causa por abandono de emprego.
- (E) Se esse for o primeiro deslize de Clotilde, o empregador deverá aplicar uma advertência, pois não poderá punir a empregada de forma mais severa.

57

Ana Paula é empregada doméstica numa residência localizada em Alhandra/PB e engravidou.

De acordo com as normas de regência, assinale a opção que traz o tempo que Ana Paula terá de afastamento para usufruir sua licença maternidade e por quanto tempo ela terá garantia de provisória no emprego ao retornar.

- (A) Serão 4 meses de estabilidade após o parto e 180 dias de licença maternidade.
- (B) Haverá direito à licença maternidade de 90 dias e igual prazo de garantia no emprego, contados do parto.
- (C) Por ser empregada doméstica, Ana Paula terá licença maternidade de 120 dias mas não terá garantia no emprego.
- (D) A licença maternidade é de 150 dias, e a garantia no emprego deverá ser objeto de negociação entre empregada e empregador.
- (E) 120 dias de licença maternidade e garantia no emprego até 5 meses após o parto.

58

O advogado Pedro ajuizou, em causa própria, reclamação trabalhista contra o escritório de advocacia em que trabalhava, localizado em João Pessoa/PB. O pedido de Pedro foi julgado procedente em parte, tendo o juiz liquidado o crédito devido ao empregado Pedro, fixando-o em R\$ 20.000,00.

Sobre a condenação em honorários advocatícios de sucumbência, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os honorários serão de no mínimo R\$ 2.000,00 e no máximo, R\$ 4.000,00.
- (B) Considerando que Pedro atuou em causa própria, a CLT não prevê a concessão de honorários sucumbenciais.
- (C) Os honorários serão de no mínimo R\$ 2.000,00 e não há previsão de percentual ou valor máximo.
- (D) Não há previsão legal de honorário mínimo, mas no máximo será de R\$ 6.000,00.
- (E) Os honorários serão de no mínimo R\$ 1.000,00 e no máximo, R\$ 3.000,00.

59

Gloria foi contratada em 2021 e trabalhou durante 1 ano como frentista num posto de gasolina localizado em Água Branca/PB, localidade que está sob a jurisdição da Vara do Trabalho de Patos/PB. Contudo, Gloria ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador em Campina Grande/PB, postulando vários direitos supostamente lesados. O ex-empregador pretende que a ação seja enviada para a Vara do Trabalho de Patos/PB, que no seu entender é a competente para apreciar a causa.

De acordo com a CLT, o prazo que a empresa terá para apresentar a exceção de incompetência territorial será de

- (A) cinco dias a contar da notificação, antes da audiência.
- (B) até oito dias após a audiência de conciliação.
- (C) não há prazo fixado na CLT, e sendo a matéria de ordem pública, poderá ser apresentada pelo reclamado a qualquer momento.
- (D) quarenta e oito horas antes da prolação da sentença.
- (E) quinze dias contados da apresentação da contestação.

60

Vanessa trabalha como mecânica numa oficina localizada em Conde/PB. Em setembro de 2022, Vanessa foi dispensada sem justa causa e não recebeu seus direitos. Então, a ex-empregada procurou um advogado para ajuizar uma reclamação trabalhista cobrando os valores devidos, que foram quantificados em R\$ 5.500,00.

Considerando o caso retratado e as normas da CLT, assinale a opção que indica o procedimento que a ação de Vanessa deverá observar.

- (A) Procedimento comum ordinário.
- (B) Procedimento sumaríssimo.
- (C) Procedimento sumário.
- (D) O procedimento será escolhido livremente por Vanessa.
- (E) Procedimento especial consignatório.

Redação

Algumas grandes cidades brasileiras se deparam com um grave problema há bastante tempo: a existência de agrupamentos de indivíduos em situação de rua, na imensa maioria dependentes químicos e traficantes, geralmente de crack, que ocupam áreas do centro, causando perturbações. Muitos governos já prometeram combater as denominadas “cracolândias” (crack + lândia = terra do crack), mas aparentemente sem sucesso. O que fazer?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, de até 30 linhas, em língua culta, indicando possíveis medidas para o combate a esse problema; não se esqueça de apoiar suas posições em argumentos convenientes.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

